

---

## O Projeto das DCNs e sua Implantação no Curso de Jornalismo da Estácio: a Identidade Profissional Refletida nos TCCs<sup>1</sup>

Soraya Venegas FERREIRA<sup>2</sup>  
Universidade Estácio de Sá, Niterói, RJ

### RESUMO

Efemérides são jornalística e academicamente sedutoras. O ano de 2019 marca os dez anos da publicação do documento norteador das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), homologadas em 2013, para a formação de bacharéis em Jornalismo, e não mais em Comunicação Social. Há também dez anos, o STF anunciava o fim da exigência de diploma de graduação para o exercício profissional. Duas decisões aparentemente antagônicas e que impactam a identidade e o perfil do jornalista brasileiro. A partir da observação Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), elaborados pelos futuros bacharéis em Jornalismo – e não mais em Comunicação Social, formados pelo campus Niterói da Universidade Estácio de Sá, entre 2014-2018, busca-se identificar caminhos teóricos e percepções sobre o Jornalismo na segunda década do terceiro milênio, quando o curso comemora seus 20 anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade profissional do Jornalista; Ensino e Pesquisa em Jornalismo; Diretrizes Curriculares Nacionais; Trabalhos de Conclusão de Curso; Curso de Jornalismo Estácio Niterói.

### JORNALISTA, QUEM ÉS TU?

Em seu livro *Ser Jornalista no Brasil*, a professora Fernanda Lopes (2013) alertava que o conceito de identidade não pode ser tomado como fixo ou imutável e que a identidade jornalística não deve ser vista unicamente como resultado de uma prática, mas que engloba valores, mitos, crenças, saberes, representações sociais, história, memória, relações de poder entre outros aspectos, que são constantemente negociados no espaço social. Faccin e Ferreira complementam que “em qualquer sociedade, a prática jornalística é depositária de um conjunto de técnicas, práticas e normas que orientam a competência do profissional de informar a sociedade sobre assuntos de relevância pública” (FACCIN e FERREIRA, 2013:173). Os manuais de redação, os profissionais renomados, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e respectivas grades curriculares e planos de ensino são exemplos da garantia da coesão desta atividade em torno de critérios que lhe são próprios, conforme postula Nelson Traquina (2008) quando teoriza que o jornalismo tem um “modo de ver, de falar e de agir”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Soraya Venegas Ferreira é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, com pós-doutorado pelo PPGCom-UFF. Pesquisadora do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá, onde é professora titular e coordena o curso de Jornalismo no campus Niterói. Avaliadora de Cursos do MEC-INEP. Email: sosovenegas@yahoo.com.br.

---

O ano de 2019 marca os dez anos de dois acontecimentos aparentemente contraditórios no campo do Jornalismo brasileiro: a publicação da primeira versão do documento que embasa as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Jornalismo e o anúncio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do fim da exigência do diploma de Comunicação Social – habilitação Jornalismo para o exercício profissional. Segundo matéria publicada à época no sítio JusBrasil, o entendimento dos magistrados era de que o Decreto-Lei 972 /1969, que instituiu a obrigatoriedade, “não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e que as exigências nele contidas ferem a liberdade de imprensa e contrariam o direito à livre manifestação do pensamento inscrita no artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos”. (JUSBRASIL, 2009). Na concepção do relator Gilmar Mendes, o Jornalismo e a liberdade de expressão são atividades imbricadas e não podem ser pensadas ou tratadas separadamente. Em suas palavras “O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada”. (JUSBRASIL, 2009).

A essas duas efemérides, soma-se o fato de que os nativos do terceiro milênio ingressaram nas universidades em 2019. Os que chegaram a esse mundo em 2001 e não tiveram qualquer adiantamento ou percalço na vida acadêmica, iniciaram o ensino superior, nesse ano, aos 18. Os novos acadêmicos não tem noção de como era possível viver sem Internet, ou desconectados de *smartphones* permanentemente abertos em uma rede social digital ou em um aplicativo de mensagens. Sabe-se que essa é uma generalização perigosa, levando-se em conta as características regionais e diferentes condições socioeconômicas dos poucos que conseguem chegar à universidade. Contudo, com base na experiência de mais de 25 anos como docente de universidades privadas em centros urbanos, o cenário descrito acima é bastante preciso.

Do mesmo modo, constata-se que a virada do milênio foi acompanhada por mudanças nas condições de trabalho jornalístico: novos agentes surgiram no cenário da comunicação, favorecidos pelo desenvolvimento e acesso a tecnologias digitais, que tem permitido ampliar a experiência do homem no mundo, reverberando na legitimidade e autoridade do campo de saber jornalístico, além de forçar redefinições de algumas funções profissionais, o que motiva as constantes alterações nos PPCs e planos de ensino de disciplinas em algumas Instituições de Ensino Superior (IES).

Embora as tecnologias digitais contribuam para o aperfeiçoamento da prática jornalística, elas, também, desafiam a legitimidade da profissão. Seduzidos pelos dispositivos tecnológicos cada vez mais multifuncionais, os cidadãos não se contentam mais em consumir as notícias ou navegar pela rede, como usuários receptores. Eles também se transformam em autores,

empreendedores, impulsionadores de fluxos informativos, que fogem do controle jornalístico. E, no âmbito da competência jornalística, viraram co-criadores, coautores e co-constructores da mensagem jornalística. A conectividade por meio das redes sociais fez com que os veículos de imprensa incorporassem as mudanças nas formas de sociabilidade, desde o advento da Internet, e, mais recentemente, das mídias sociais. O jornalista deixou de ser detentor do monopólio da informação e, conseqüentemente, de um saber que permite a sua produção. Surgem novos atores, novas competências, novos contratos de comunicação (CHARAUDEAU, 2012) baseados na informação noticiosa.

Ao escolherem essa profissão que antes se direcionava para o mercado dos veículos tradicionais, os estudantes de Jornalismo, familiarizados com a linguagem das tecnologias digitais, deparam-se com outros atores que, também, desejam produzir conteúdo de interesse público, tanto para organizações empresariais e sociais, quanto para atender a interesses particulares ou de grupos, como são os internautas das redes sociais, os blogueiros, *youtubers* e influenciadores digitais e, conseqüentemente, têm dificuldades em identificar o que separa esses atores dos jornalistas profissionais. Para complexificar ainda mais o cenário profissional contemporâneo, jornalistas renomados afastam-se de suas ocupações tradicionais para empreender o seu próprio modelo de negócio e de comunicação, assim como, no mercado, surgem exigências de novas habilidades, como as dos analistas de *Fake News* e dos jornalistas de dados. Ao acadêmico, diante de tantas possibilidades, cabe a pergunta: Jornalista, quem és tu?.

Essa questão permeia muitos dos 61 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), que serão vistos nesse estudo. Eles são fruto das preocupações e dos interesses dos concluintes do bacharelado em Jornalismo, oferecido como curso autônomo no campus Niterói da Universidade Estácio de Sá desde 2011, menos de dois anos após a publicação da primeira versão do documento que embasa as DCNs e dois anos antes de sua homologação. Os PPCs que embasam os TCCs ainda não refletem integralmente as DCNs, mas muitos planos de ensino já haviam sido construídos sob sua inspiração.

### **MUITO A DISCUTIR: IDENTIDADE PROFISSIONAL PROPOSTA NAS DCNS**

O primeiro texto relativo às DCNs para o curso de Jornalismo, proposto como bacharelado e não mais como habilitação, ficou pronto há dez anos. A Portaria Nº 203/2009, publicada em 12 de fevereiro de 2009, referia-se ao Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pelo Ministério da Educação, presidida pelo professor José Marques de Melo e

---

integrada por outros sete docentes, a saber: Alfredo Vizeu, Eduardo Meditsch, Lucia Maria Araújo, Luiz Gonzaga Motta, Manuel Chaparro, Sérgio Mattos e Sonia Virginia Moreira.

O documento, de 26 páginas, era fruto de intensa discussão e de três audiências públicas realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. No Rio, foi ouvida a comunidade acadêmica (professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa); em São Paulo, lideranças e representantes da sociedade civil organizada (advogados, psicólogos, educadores, religiosos, ecologistas e outros segmentos comunitários) e, em Recife, foi a vez da comunidade profissional (organizações sindicais ou corporativas: empresas, setor público e terceiro setor). Para além das audiências, o portal do MEC permaneceu aberto para receber sugestões de qualquer cidadão interessado na matéria. Além disso, como explicitado no documento, os integrantes da comissão se dispuseram a ouvir ainda propostas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores.

O resultado da compilação de todas essas vozes busca mapear o campo do Jornalismo e reforçar a identidade do Jornalista para, em seguida, oferecer caminhos e exigências para sua formação. A versão final das DCNs só foi homologada quatro anos depois da primeira versão, através da Resolução CNE/CES 1/2013, publicada no Diário Oficial da União, de 1º de outubro de 2013. Dessa vez, o documento tinha apenas oito páginas e se restringia a 18 artigos que, em sua maioria, tratavam de aspectos concretos relativos à estrutura dos cursos superiores de Jornalismo, que teriam um prazo máximo de dois anos para se adequarem às novas diretrizes.

A homologação não foi fruto de consenso nem das entidades profissionais e, muito menos das acadêmicas. Entre os muitos assuntos polêmicos estava a condução da formação em Jornalismo de modo independente em relação ao Curso de Comunicação Social. Pelo menos duas entidades formalizaram sua oposição: a Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) e o Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social); enquanto Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), a SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo) e o FNPJ (Fórum Nacional de Professores de Jornalismo), hoje ABEJ (Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo) manifestaram o seu apoio. Entre os argumentos contrários à proposta estava o de que essa “separação” fragmentaria e limitaria a formação jornalística, ao refletir um pensamento tecnicista e disciplinar e ameaçaria de extinção a área de Comunicação Social, num contexto em que as tecnologias, ampliação dos mercados, relação entre desigualdade social e diversidade cultural favoreciam o “comunicador polivalente” e demandavam um jornalista capaz de olhar a sociedade de maneira mais ampla.

---

Nesse cenário de disputas, a identidade profissional do Jornalista entra novamente em questão. A partir do texto de 2009, é possível identificar características definitórias do Jornalismo. A partir de profunda revisão bibliográfica, a comissão de especialistas pontua que o Jornalismo adentrava o século XXI em estado de crise, motivada especialmente pelo que foi chamado de “revolução das fontes” e, para entender o processo, seria necessário olhar para trás e recuperar a essência da profissão, definida no documento da seguinte maneira.

Jornalismo é (...) um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal / revista / rádio / televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MELO, 1985 apud BRASIL, 2009:5)

O texto da comissão de especialistas reconhece as mudanças estruturais que o avanço das tecnologias impôs ao Jornalismo e a ascensão de outros agentes na mediação entre o fato e a notícia. No entanto, reforça valores constitutivos da identidade jornalística, entre eles a liberdade de informar, o compromisso com o interesse público e a postura crítica ao fornecer as informações, capacitando os cidadãos para tomarem decisões “conscientes e responsáveis”. O documento ressalta que o profissional deve “questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes (...) para entender o mundo que o cerca e (...) poder compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir” (BRASIL, 2009: 7). A dignidade do Jornalismo é reforçada através da Ética vinculada à vida e à cidadania e sintetizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mais do que uma crise de Jornalismo, o documento aponta para uma crise no modelo de negócio baseado no poder hegemônico das redações tradicionais. Dez anos depois, constatamos a dificuldade que as empresas jornalísticas vêm enfrentando para se manterem lucrativas. Observamos diversos produtos jornalísticos feitos em redações multimídia, por um conjunto diminuto de profissionais, dos quais é exigida a capacidade de apurar e compilar as informações em produtos jornalísticos adequados a diversos públicos e meios, com um nível cada vez mais acelerado de urgência. TRAQUINA (2008) nos alertava para a lógica concorrencial da profissão. Mas, hoje, essa concorrência não se restringe aos veículos tradicionais de mídia. Ela é extra-jornalística, na medida em que outros agentes estão ativos na mediação entre fato e público. O documento de 2009 apontava:

A nova fisionomia do Jornalismo relativiza teorias e crenças que historicamente sustentavam o poder hegemônico das redações tradicionais. A atualidade fazia parte do Jornalismo, ao qual servia como fonte de matéria-prima. Hoje, ao contrário, é o Jornalismo que faz parte da atualidade, e a serve, como linguagem macro-interlocutória socialmente eficaz. Trata-se de um cenário marcado, também, pelo crescimento acelerado

---

de experiências e práticas de democracia participativa, cuja natureza é essencialmente discursiva. (BRASIL, 2009: 6)

A partir da apresentação dos fundamentos da profissão, o documento historiciza as diretrizes e as concepções que nortearam a formação dos Jornalistas no Brasil até aquele momento, defendendo a formação específica e refutando o modelo de “comunicador polivalente” a partir da afirmação que o Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho, enquanto a Comunicação Social é um campo que reúne diversas profissões. Por isso, em 1908, a recém-criada ABI (Associação Brasileira de Imprensa) já reivindicava uma escola de Jornalismo. Demanda que só foi atendida em 1935, quando Anísio Teixeira teve a experiência frustrada de criar o primeiro curso de Jornalismo na Universidade do Distrito Federal, fechada durante do Estado Novo. Sendo assim, o ensino superior de Jornalismo só se efetivou nos anos 40, com a Faculdade Casper Líbero, em 1947, em São Paulo, seguida pela Universidade do Brasil, hoje UFRJ, em 1948, no Rio de Janeiro.

De lá para cá, houve uma sucessão de diretrizes e de concepções sobre qual seria a maneira mais adequada de formar um Jornalista. Cada uma delas trazia seu bojo contradições e interesses diversos. O perfil de egresso que tínhamos até o documento de 2009 era resultado de três décadas de formação em torno de diretrizes amparadas basicamente no modelo que entrou em vigor em 1984, através da resolução MEC/002, que estabeleceu o Currículo Mínimo de Comunicação Social e suas habilitações.

Com a chegada do novo milênio, os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001 estabeleceram outras diretrizes ainda para a Comunicação Social e suas habilitações. Nelas, encontravam-se as habilidades e competências a serem aferidas no perfil do egresso, baseadas em conteúdos básicos e específicos. Os básicos eram teórico-conceituais; analíticos e informativos sobre a atualidade; de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas e ético-políticos. Já os específicos seriam “definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica”. Elas entraram em vigor em 2002, através da Resolução CNE/CES 16, determinando que as instituições se adequassem ao novo modelo de flexibilização da grade curricular em função das realidades de cada IES e do contexto midiático da época.

As DCNs, homologadas em 2013, propõem a formação acadêmica em seis eixos, a saber: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. Entre as questões polêmicas, elas trazem



a exigência do Estágio Curricular Supervisionado e da execução individual do TCC, seja ele um projeto prático ou um trabalho monográfico. O documento dispõe que o TCC é “componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente”. A regra também é clara quanto à forma de avaliação - uma banca examinadora formada por docentes e também por jornalistas profissionais convidados. Apesar da liberdade garantida a cada IES na concepção de seu PPC, as DCNs ressaltam que será valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação. O curso deve ter, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) de sua carga horária total.

O documento lista habilidades e competências do egresso, que segundo o Art. 5º deve:

estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013: sp)

O risco de fragmentação da área apontado há dez anos pela Compós e pelo Enecos parece se concretizar na publicação, em 2018, do Manual Preliminar para Classificação de Cursos de Graduação e Sequenciais - CINE BRASIL 2018. Esse documento adota a metodologia da International Standard Classification of Education (ISCED) 2013, produzida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com adequações à realidade educacional brasileira. Ela estabelece quatro níveis de classificação: 1º nível – área geral; 2º nível – área específica; 3º nível – área detalhada e 4º nível – rótulo. As áreas gerais de formação que tomam como base as áreas de conhecimento serão onze nas quais não está mais prevista a Comunicação Social, mas sim: Ciências sociais, jornalismo e informação (área 03), onde ficarão os cursos de Jornalismo e, Negócios, administração e direito (área 4), para onde serão encaminhados os cursos de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, antes pertencentes à Comunicação Social.

Para área de Ciências sociais, jornalismo e informação estão previstos os cursos de graduação e sequenciais cujo conteúdo principal incida sobre os seguintes rótulos: Audiovisual, Comunicação Social, Jornalismo, Produção editorial e Radialismo. Cabe nesse momento questionar quais serão os impactos dessa aparente “dissolução” da área de Comunicação Social para os novos PPCs que surgirão a partir de 2019 e, conseqüentemente, para a formação profissional e para a identidade e o perfil do Jornalista brasileiro.

---

## JORNALISTA BRASILEIRO NO TERCEIRO MILÊNIO, QUEM ÉS TU?

No detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro – Etapa 1”, o professor Jacques Mick, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) explica que ela foi realizada em duas fases, entre 2011 e 2013. A primeira objetivava estimar a quantidade de jornalistas em atuação no Brasil e sua distribuição territorial, a fim de definir premissas para definição do plano amostral e a segunda colheu dados relativos ao perfil, a partir de duas estratégias: uma enquete em rede via internet, com amostragem aleatória, e pesquisa por telefone e e-mail com profissionais registrados, com amostragem intencional.

Os resultados preliminares da pesquisa que contou com 2.731 jornalistas e, segundo seus relatórios, margem de erro inferior a 2%, os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos. Nove em cada dez eram diplomados em Jornalismo, 61,2% em IES privadas e 40,4% prosseguiram os estudos em nível de pós-graduação. Maioria expressiva, 93,9%, defendia a exigência de algum tipo de formação superior para o exercício da profissão. Destes 55,4% exigiam a diplomação específica em Jornalismo.

Na medida em que, além dos aspectos regulatórios, o mercado de trabalho tem se mostrado um elemento relevante para concepção dos PPCs, especialmente nas IES privadas, cabe trazer os seguintes apontamentos. De acordo com a pesquisa, entre 2011 e 2013, três em cada quatro jornalistas tinham registro no Ministério do Trabalho, destes, 82% como jornalista profissional. O estágio se mostrava relevante na medida em que 75% dos depoentes tinham sido estagiários. Do total da amostra, 75,6% trabalhavam como jornalistas e destes, 27% em mais de um emprego. De cada dez jornalistas, apenas um era professor, quatro trabalhavam predominantemente fora da mídia e cinco trabalhavam principalmente em mídia. Pondera-se que esse último cenário muito possivelmente se alterou nos últimos cinco anos, como consequência da diminuição de postos de trabalho em veículos de mídia.

À época, os jornalistas que atuavam na mídia eram contratados predominantemente com carteira assinada; um a cada quatro eram *freelancers*, contratados como pessoas jurídicas ou com contrato de prestação de serviços, seis em cada dez trabalhavam em meios impressos; metade produzia para mídias via internet; um terço, para rádio, TV ou cinema e eram contratados, sobretudo, como repórteres ou editores, trabalhando com reportagem, redação, produção de pautas, edição e fotografia.

Em relação aos jornalistas que atuavam fora da mídia, 25% atuavam no setor público; 25% tinham contratos de prestação de serviço, eram *freelancers* ou trabalhavam como PJs; quatro em cada dez atuavam no setor privado com carteira assinada; tendiam a ter mais formação do que



os colegas que atuavam na mídia. Um terço trabalhavam em empresas ou órgãos públicos, outro terço em empresas privadas especializadas em assessoria de imprensa ou comunicação; os demais dividiam-se, principalmente, em organizações do terceiro setor ou da sociedade civil e em empresas privadas. Destaca-se que 68,3% dos profissionais fora da mídia eram contratados como assessores de imprensa e estavam, na média, mais satisfeitos com seu trabalho que os profissionais de mídia. A assessoria de imprensa é uma área que se destaca nos objetos de pesquisa dos TCCs dos acadêmicos de Jornalismo da Estácio Niterói, refletindo certa sintonia em relação ao perfil apresentado pelos pesquisadores da UFSC.

### **DOS PROJETOS EXPERIMENTAIS AOS TCCS PROPOSTOS NAS DCNS: A EXPERIÊNCIA DA ESTÁCIO NITERÓI**

Os projetos experimentais, muitas vezes tomados como sinônimo de TCC, foram implantados nas grades curriculares dos cursos de Comunicação Social, no Brasil, através da Resolução 002/84, que estabeleceu exigências de infraestrutura e extinguiu o estágio curricular até então componente obrigatório para a formação, além de estabelecer o currículo mínimo, com uma parte comum e outra específica da habilitação. As diretrizes apontadas por essa resolução determinaram que os projetos experimentais deveriam corresponder a 10% da carga horária total do curso, porcentagem que cresceu para 20% no Parecer CES 492/2001. Conforme o artigo 2º, alínea III do dispositivo de 1984, os projetos experimentais tratam de:

(...) trabalho relacionado com a habilitação específica, em forma de monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de relações públicas – sempre realizados nos laboratórios da própria escola. (BRASIL, 1984: sp)

Nesse particular, as orientações do MEC traduziram naquele momento a concepção dos projetos experimentais como espaços para a livre expressão da criatividade do aluno, o exercício da prática profissional e a aquisição de novas experiências, inclusive as de iniciação científica, que poderiam ser executados em equipe ou individualmente. Apesar desse leque de possibilidades, nos 20 anos do curso de Comunicação Social e posteriormente Jornalismo, no campus Niterói da Universidade Estácio de Sá, a disciplina de oitavo período que já se chamou Projetos Experimentais em Jornalismo III, Projetos Experimentais em Jornalismo e hoje atende por TCC em Jornalismo sempre exigiu trabalho monográfico individual, inicialmente de 50 páginas e, hoje, de 40; com defesa oral perante banca composta por três professores.

As DCNs homologadas em 2013 transferem, em parte, as atividades práticas dos antigos projetos experimentais para o eixo das práticas laboratoriais, isolando a atividade de iniciação

científica feita através do trabalho monográfico como componente do TCC. No entanto, faculta ao aluno o desenvolvimento de uma atividade pura de pesquisa monográfica ou o desenvolvimento de produto comunicacional, com memorial descritivo. Além disso, parte da atividade científica foi deslocada para as atividades acadêmicas complementares.

Apesar das oscilações entre teoria e prática típica do ambiente acadêmico, muitas IES brasileiras construíram uma sólida cultura voltada para a pesquisa, até porque foram capazes de perceber a estreita relação entre ensino-pesquisa, outras nem tanto. Uma rápida olhada sobre a realidade dos modelos de IES pública e privada mostra que nesse aspecto existe um abismo entre eles, pois enquanto a primeira é vista tradicionalmente como a guardiã da pesquisa, a segunda é tomada como a responsável por atender as demandas mais imediatas do mercado.

Ao exigir a monografia, com sua característica de iniciação científica, como resultado dos projetos experimentais, o curso de Jornalismo da Estácio Niterói optou por enfrentar muitos desafios. Como IES privada, recebe acadêmicos que não tiveram aproveitamento suficiente para entrar numa IES pública e que muitas vezes trabalham para pagar suas mensalidades. Muitos vêm de municípios vizinhos e gastam quase duas horas para chegar ao campus. Seus TCCs precisam estabelecer a articulação entre teoria e prática e, para construí-los é necessário, partir dos livros acadêmicos, para a coleta de dados empíricos, observação e análise do mercado ou, então, da prática comunicacional concreta. Nesse aspecto, alguns graduandos apresentam mais facilidade na obtenção de dados, enquanto outros, na revisão bibliográfica característica da construção dos contextos histórico e teórico da questão de pesquisa. Contudo, o principal desafio observado está justamente na articulação entre o que foi estudado na teoria e o que os dados mostram na prática.

Ressalta-se que a atividade profissional jamais pode ser expurgada do processo, na medida em que o trabalho monográfico exige um objeto jornalístico concreto para a análise, veiculado obrigatoriamente em mídia impressa, rádio, televisão ou mídia digital. Outra estratégia de aproximação entre teoria e prática presente no plano de ensino da disciplina se dá pelo método de obtenção dos dados para o estudo de caso, que pode ser através de entrevistas, com maior ou menor grau de estruturação, ou mesmo de estudos de recepção a partir da tabulação e categorização de comentários encontrados na rede.

## **OS NOVOS BACHARÉIS E O JORNALISMO REFLETIDO EM SEUS TCCS**

Para essa pesquisa foram selecionados os TCCs defendidos e aprovados entre 2014 e 2018, desde que executados por alunos que colaram grau e foram formados segundo os PPCs que já contemplavam o curso de Jornalismo como autônomo e não mais como habilitação de

---

Comunicação Social. Segundo os dados obtidos no Sistema de Informação Acadêmica (SIA) da Estácio, em 2011.1, houve a primeira entrada de estudantes no curso de Jornalismo. Quatro anos depois, 2014.2 graduava-se o primeiro bacharel em Jornalismo. Até 2018.2, segundo o SIA, 61 novos jornalistas chegaram ao mercado.

Como dito anteriormente, os TCCs são trabalhos monográficos desenvolvidos individualmente, sob orientação do docente alocado em disciplinas oferecidas nos dois últimos períodos de curso. No sétimo período, a disciplina Produção de Projetos Jornalísticos oferece subsídios para construção do projeto de pesquisa. Sob orientação do docente, os acadêmicos definem o tema, justificam sua relevância para o campo, procuram explicitar a problematização, objetivos e hipóteses de trabalho e pesquisam pelo menos três conceitos para embasar sua argumentação, além de escolher o objeto empírico e fazer uma coleta inicial de dados. Isso é feito após intensa revisão dos conteúdos da disciplina Metodologia de Pesquisa, que é oferecida na modalidade online. Parte-se então para o levantamento do “estado da arte” do que vem sendo apresentado pelas sociedades de pesquisa do campo: Intercom, Compós, SBPJor, Alcar, além de revistas acadêmicas e dos bancos de dissertações e teses das universidades.

Os acadêmicos apresentam dificuldades tanto para pesquisar nas bases de dados, quanto para o levantamento do objeto empírico. Levando em conta o perfil dos alunos, indica-se que busquem objetos empíricos com os quais tenham alguma familiaridade e teorias com as quais tenham tido identificação e, de alguma forma sintam-se mais confortáveis para aprofundar as pesquisas e fazer posteriormente a análise do objeto escolhido. Nesse aspecto, parte significativa dos acadêmicos desenvolve uma espécie de “síndrome do umbigo”, ao escolherem estudar ambientes dos quais tenham participado (ou ainda participem) como colaboradores ou estagiários.

Quando não é essa a motivação, nota-se que a seleção do objeto de estudo migra para veículos locais, ou para os que tratam de temas afeitos a preocupações identitárias do pesquisador (questões étnicas, de gênero, preocupações com a “boa forma física” e o interesse pelo futebol). Mesmo com toda orientação docente, por vezes os temas ainda deslizam do campo do Jornalismo para o da Comunicação. O levantamento dos TCCs mostrou que há estudos sobre filmes de terror, *fan-fiction*, estratégias de vínculo entre celebridades e seu público, ou estratégias discursivas em programas religiosos ou sites, como dos Alcoólicos Anônimos, ou ainda o uso da linguagem (ou mesmo do VAR) como parte da transmissão esportiva enquanto espetáculo midiático. Essa percepção aponta para algumas características de nossos acadêmicos: muitos, no fim do curso percebem que não há identificação com o Jornalismo, mas mesmo assim optam por

concluir sua formação superior. Em outros, ainda há falta de clareza sobre a identidade profissional e o Jornalismo acaba sendo abordado no TCC de maneira transversal (ou nem isso).

Uma vez aprovados na disciplina de Produção de Projetos Jornalísticos, nem sempre com a devida clareza sobre o tema e de como desenvolver a pesquisa, os acadêmicos chegam ao oitavo período do curso, novamente para serem orientados pelo professor alocado na disciplina. Cabe a esse docente, conduzi-los, através de orientações semanais em turmas de 12 a 20 alunos, na construção do trabalho monográfico que, além da introdução, conclusão, elementos pré-textuais, referências e anexos, é composto por três capítulos, que devem dar conta dos contextos histórico, teórico e da análise do objeto empírico. Cabe ressaltar que o índice de desistência da disciplina costuma ser superior a 50% e que boa parte dos concluintes opta por desenvolver seu TCC em dois semestres ou deixar para cursá-lo após a conclusão de todas as demais disciplinas do curso. Por isso, nota-se que a maior parte dos alunos não conclui a graduação em quatro anos. Nesse estudo, por exemplo, apenas um dos ingressantes de 2011 concluiu o curso em 2014.

Ressalta-se que para esse estudo, tomou-se como base apenas os títulos das 61 monografias defendidas pelos futuros bacharéis em Jornalismo entre 2014 e 2018. Como os alunos são orientados a colocar no título o seu objeto de estudo e pelo menos uma das teorias aplicadas na análise foi possível perceber o avassalador interesse pela mídia digital, conforme Tabela 1: Dos 61 trabalhos, 33 tratavam mídias digitais (sites -10; páginas de Facebook – 10; blogs – 6; Webrádios ou podcasts – 4; WebTV ou Youtube – 2; Perfil do Instagram – 1).

Tabela 1: TCCs por tipo de mídia escolhida como objeto empírico

Mídia	Número de TCCs
Mídia Impressa	6
Rádio Convencional	8
TV Convencional	11
Cinema	1
Comparação entre mídias	2
Mídia Digital	33
Total	61

A preferência pela mídia digital sinaliza várias tendências. O concluinte, embora ainda não seja um genuíno nativo do Terceiro Milênio é, pelo menos, um migrante digital e parece estar bastante conectado, demonstrando interesse por redes sociais, o que nem sempre é acompanhado pela frequência em sites tipicamente jornalísticos, estejam eles ligados a produtos de mídia hegemônica ou não. Outro aspecto percebido na experiência docente é que o concluinte valoriza a facilidade de acesso oferecida pela mídia digital.

A maior parte dos TCCs não se debruça sobre os aspectos referentes à produção das notícias e raramente se mune de entrevistas com os produtores do conteúdo analisado. Percebe-se certa inclinação para o uso de teorias que se adequem a observação do que já está posto e público.

Tentativas de análises de discurso (Patrick Charaudeau, Mikahil Bakhtin, Milton José Pinto, entre outros), estratégias de contrato de comunicação (Patrick Charaudeau) e leitura (Eliseo Veron), critérios de noticiabilidade (Nelson Traquina, Mauro Wolf, Felipe Pena, Nilson Lage, entre outros). A essa abordagem, somam-se teorias ligadas à Cibercultura (Lúcia Santaella, Pierre Lévy, André Lemos, Alex Primo, entre outros) e Ciberjornalismo (Elisabeth Saad, Gerson Martins, Luciana Mielniczuk, Suzana Barbosa, entre outros). Nota-se ainda grande interesse pelas questões comunitárias, que são apoiadas por autores como Raquel Paiva e Cicilia Peruzzo, entre outros.

Na tabela 2, é possível perceber pelo título das pesquisas como a participação do cidadão e as iniciativas não profissionais de lidar com a informação vem despertando o interesse dos concluintes. Nesse aspecto, cabe ressaltar as dificuldades de estabelecer limites entre a profissionalização e a iniciativa cidadã, o que impacta sobremaneira na percepção de como se configura a identidade do Jornalista na atualidade.

Tabela 2: Questões ligadas ao Jornalismo Comunitário, “Colaborações” para o Jornalismo

TÍTULO	ANO
O papel dos blogs na conscientização ambiental da sociedade contemporânea	2015.1
Rádio online Yande: etnomídia e empoderamento das identidades	2015.1
As mídias sociais como fonte no jornalismo: uma análise do blog Frango com batata doce	2016.1
Jornalismo Colaborativo através do whats app: uma análise da editoria de cidades do Jornal o São Gonçalo	2017.1
O gênero feminino no Jornalismo esportivo e estereótipos: uma análise da presença do preconceito nas matérias publicadas no site dibradoras.com.br	2017.1
Contrato de leitura e comunicação: uma análise sobre o vínculo criado entre MariMoon e seus seguidores	2017.1
Empoderamento feminino nas redes sociais: uma análise sobre a campanha chega de fiu fiu do blog Think Olga	2017.1
Apuração, produção da notícia e convergência midiática: uma análise sobre o papel do twitter na Radio Bandnews FM Rio	2017.2
Podcast 45 minutos: Jornalismo Esportivo em podcast na cobertura da Copa do Mundo Fifa 2014	2017.2
Capitolina: o Jornalismo Colaborativo como incentivador de discussões relacionadas ao público feminino	2017.2
O Jornalismo colaborativo como elemento jornalístico na construção da cidadania: uma análise dos conteúdos do site projeto Colabora	2017.2
Comunicação Comunitária: uma análise do programa Frequência Balançada na Rádio Ilha Rio	2017.2
Jornalismo colaborativo e o fluxo de informação: uma análise dos critérios de noticiabilidade das publicações na página Plantão em Foco	2017.2
Rádio Comunitária, vínculo social e novas tecnologias: uma análise do programa Espaço Sideral da Rádio Sideral	2017.2
Jornalismo Colaborativo através da Internet: uma análise das informações veiculadas na página do Facebook da Mídia Ninja	2018.1
Rede social, identidade territorial e comunidades virtuais: uma análise das matérias do Facebook São Gonçalo Informa como fórmula de vínculo social	2018.1
Redes Sociais, opinião pública e qualidade de vida: uma análise das estratégias argumentativas da blogueira Gabriela Pugliese na Formação de opinião sobre alimentação	2018.1
Redes Sociais e ciberjornalismo: uma análise sobre a noticiabilidade da página do Facebook São Gonçalo vai Mudar	2018.2

Conforme mostrado na pesquisa realizada pelos professores da UFSC, o setor de assessoria de imprensa era bastante representativo para o perfil dos jornalistas brasileiros. O tema aparece explicitamente em 10% dos TCCs estudados. Dos seis trabalhos aprovados, quatro refletem a experiência profissional de seu ator, seja como estagiário ou como prestador de serviço.

Tabela 3: Questões ligadas assessoria de imprensa e construção de imagem

TÍTULO	ANO
Redes Sociais como auxílio ao trabalho de assessoria de comunicação e manutenção da imagem: uma análise da fanpage do atleta Higor Lima	2016.1
A experiência da WebTV da prefeitura de Itaboraí como estratégia de comunicação política	2016.2
Unilever: a utilização da Comunicação Empresarial como base estratégica	2016.2

Assessoria de Imprensa: uma análise dos processos comunicacionais no site institucional da Associação Chapecoense de Futebol	2017.1
Assessoria de Comunicação na Era Digital: uma análise sobre a página Prefeitura Silva Jardim	2017.1
Redes sociais e visibilidade: uma análise da fanpage do Facebook do São Francisco Hospital e Maternidade como ferramenta de assessoria de imprensa	2018.1

Sobre o critério de avaliação dos TCCs, eles são entregues impressos e em versão digital e devem ser defendidos perante banca composta pelo orientador e mais dois professores do curso. Caso seja identificado qualquer plágio, o trabalho é zerado e não segue para banca. Os critérios para aprovação levam em conta 1) a qualidade do trabalho que envolve desde a escolha do tema, da problematização, dos autores e do objeto até a qualidade do texto monográfico; 2) O processo de orientação (cumprimento de prazos, tempo de desenvolvimento do trabalho, dificuldades específicas do aluno) 3) Coerência e desenvoltura na defesa oral. Dos 61 trabalhos avaliados, a distribuição de notas foi a seguinte: 6 a 7,0- 10 trabalhos; 7,1 a 8,0 – 15 trabalhos; 8,1 a 9,0 – 24 trabalhos; 9,1 a 10 – 12 trabalhos. Cabe ressaltar que a nota mínima para aprovação é seis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a definição e regulamentação do TCCs é uma oportunidade de tornar concreto o perfil do egresso previsto em cada PPC e que cada IES deve levar em conta a realidade de sua região, bem como as potencialidades do mercado de trabalho local para, com base em suas condições concretas (perfil do aluno, docentes, estrutura laboratorial, etc), elencar os modelos de TCCs adequados ao que ela aposta como sendo o perfil ideal de jornalista para o século XXI. Cabe ressaltar que as DCNs demandam mudar, em muitos casos, a cultura das IES, pois o objeto de estudo das monografias precisa se afastar da Comunicação Social ou suas leituras culturais e/ou tecnológicas para focar-se especificamente no Jornalismo, seja qual for a forma pela qual ele se manifeste.

Sendo assim, os TCCs estudados demonstraram que esse não é um processo simples nem que se efetiva “por decreto”. Ainda há trabalhos nos quais os acadêmicos se afastam do Jornalismo ou o percebem de modo acessório. Os interesses do alunado demonstram a importância da mídia digital, mas ao mesmo tempo, explicitam as incertezas sobre a identidade profissional frente às mediações, como “formato de Jornalismo” que não refletem nem a formação profissional de quem as conduz e muito menos a ética que define a profissão. O serviço público, o jornalismo comunitário e os impactos da colaboração do cidadão para o jornalismo hegemônico também se colocaram como preocupações relevantes e que mais uma vez colocam a identidade jornalística em xeque.



As oportunidades de trabalho em assessoria de imprensa tem tornado o tema cada vez mais relevante para reflexões acadêmicas, na medida em que, pelo que foi estudado, há certa dificuldade ou falta de interesse pelos grandes temas da profissão, que cedem lugar a chamada “síndrome do umbigo”, definida em relação ao comportamento notado nos concluintes de preferirem trabalhar com objetos nos quais tiveram participação como estagiários ou prestadores de serviço. Essa escolha, muitas vezes, ao invés de facilitar o trabalho do pesquisador, acaba por inibir o seu senso crítico e dificultar suas análises.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 002, de 24 de janeiro de 1984**. Fixa o currículo mínimo do curso de Comunicação Social e dá outras providências. Documenta, Brasília, fev. 1984, nº 278, p. 209-211.

BRASIL. **Parecer Conselho Nacional de Educação/CES 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jul. 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>.

BRASIL. **Portaria nº 203, de 12 de fevereiro de 2009**. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo. Portal MEC, Brasília, 12 fev. 2009. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf).

BRASIL. **Manual para classificação dos cursos de Graduação e Sequenciais** - CINE BRASIL 2018, [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2018/Manual\\_Preliminar\\_para\\_a\\_Classificacao\\_dos\\_Cursos\\_Cine\\_Brasil\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2018/Manual_Preliminar_para_a_Classificacao_dos_Cursos_Cine_Brasil_2018.pdf).

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012

FACCIN, Milton e FERREIRA, Soraya. Jornalismo de roupa nova: Considerações sobre a identidade e a prática profissional a partir do Prêmio Imprensa Embratel in **Brazilian Journalism Research** - Volume 9 - Número 2 – 2013. Disponível em <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/588/498>

LOPES, Fernanda L. **Ser Jornalista no Brasil: Identidade Profissional e Formação Acadêmica**. São Paulo. Editora Paulus, 2013

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Disponível em [http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal\\_Metodologia.pdf](http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf)

\_\_\_\_\_. (coord), BERGAMO, Alexandre e LIMA, Samuel. **Quem é o Jornalista Brasileiro? – Perfil da Profissão no País**. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>

Supremo decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo, disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/1359355/supremo-decide-que-e-inconstitucional-a-exigencia-de-diploma-para-o-exercicio-do-jornalismo>

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis. Ed. Insular, 2008